

Área de direitos sociais:
ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NOVO MUNDO
Titular: LUCAS ESTEVÃO RIBEIRO DA SILVA;
Suplente: JANETE RIBEIRO DA SILVA
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - DIRETÓRIO REGIONAL
Titular: JOÃO PEDRO ADAMI CASTELO;
Suplente: EMANUELE ANTÔNIA DE SOUZA
Área de trabalho e emprego:
FUNDAÇÃO CDL - BH
Titular: LUIS ANGELO SANTOS SILVA;
Suplente: MILENA MIRANDA DE SALES
REDE CIDADÃ
Titular: MAYARA PAULA CRUZ RIBEIRO;
Suplente: MELISSA VERÔNICA DE ARAÚJO
Área de meio rural:
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Titular: DANIEL FERREIRA ALVES;
Suplente: LUIZA LIMA GAÍO
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Titular: LUCAS MARTINS FERREIRA;
Suplente: MATEUS GOMES RIBEIRO
Área de representatividade setorial da indústria, do comércio e de serviço:
CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BELO HORIZONTE
Titular: BREENDON ALMEIDA FERREIRA COSTA;
Suplente: LUCAS DE PAULO CHAVES
Área de representatividade estudantil:
PARTIDO LIBERAL - CONTAGEM - MG - MUNICIPAL
Titular: SAMUEL LUCCA MIRANDA DE MATTOS;
Suplente: GABRIEL BELCHIOR CASADEI
ASSOCIAÇÃO UNIÃO JUVENTUDE E LIBERDADE
Titular: PEDRO LUCAS GOMES MARTINS;
Suplente: VINICIUS AUGUSTO SOUZA REIS
Área de direitos humanos:
ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO MAPA EDUCAÇÃO
Titular: GABRIEL GUIMARÃES COSTA RODRIGUES PIMENTA;
Suplente: LYANDRA CIBELLE ROCHA DE OLIVEIRA
ORGANIZAÇÃO LGBT DE MURIAÉ
Suplente: LINO CESAR ROSA DO NASCIMENTO
Área de saúde:
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO
Titular: MÁRCIO MEIRA BRANDÃO;
Suplente: DANIELA RODRIGUES VILLANI
ASSOCIAÇÃO DE ACOLHIMENTO CASA DAS MARIAS
Titular: LAURA LUIZA COSTA;
Suplente: DANIELA CRISTINA DIAS GUIMARÃES.

reconduz, usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos do Decreto nº 48.354, de 21 de janeiro de 2022, os representantes abaixo relacionados como membros junto ao Conselho Estadual da Juventude - CEJUVE:
Pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Secult:
Titular: ANNA CAROLINA OLIVEIRA SOUZA SANTOS;
Pela Secretaria de Estado de Saúde - SES:
Titular: KARINA ELIZABETH EVANGELISTA BRETZ;
Suplente: ADRIANA PADRÃO ROCHA MIRANDA;
Pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese:
Titular: ADNA FREDIANA BARBOSA NERY;
Suplente: RODRIGO CÉSAR DA ROCHA RIBEIRO;
Pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese:
Titular: ANDERSON JOSÉ KNUPP;
Pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese:
Titular: ESTER BORGES OLIVEIRA;

Pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa:
Titular: TARIANE CRISTINE CRISÓSTOMO DE MELO;
Suplente: GILCEMAR GONÇALVES ARAÚJO;
Pela Sociedade Civil:
Área de direito político:
PARTIDO NOVO - MINAS GERAIS - MG - ESTADUAL
Titular: MATHEUS BIANCARDINE MOTA
Área de empreendedorismo:
INSTITUTO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES - IFL
Titular: LAURA RABELLO CARVALHO
Área de representatividade setorial da indústria, do comércio e de serviço:
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FIEMG
Titular: FREDERICO LOPES DOS SANTOS BARBEITOS;
Suplente: TASSO FORESTI GALHANO
Área de direitos humanos:
ORGANIZAÇÃO LGBT DE MURIAÉ
Titular: WESLEY FERREIRA DA SILVA.

Pelo Conselho Estadual da Mulher

designa, usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos do art. 2º do Decreto nº 22.971, de 24 de agosto de 1983 e do art. 7º do Decreto nº 43.613, de 25 de setembro de 2003, alterados pelo Decreto nº 46.961 de 01 de março de 2016, as representantes abaixo relacionadas como membros junto ao Conselho Estadual da Mulher - CEM, a contar de 30/10/2024:
Pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública:
CRISTIANE PEREIRA GABRIEL BRUM, em substituição a ANGÉLICA PEREIRA DOS SANTOS, Titular;
Pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública:
ANGÉLICA PEREIRA DOS SANTOS, em substituição a MARIA CAROLINA GONÇALVES DE FARIA, Suplente.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E PARCERIAS

Pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

coloca, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, a servidora abaixo relacionada lotada no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E PARCERIAS - SEINFRA, em prorrogação, de 01/01/2025 a 31/12/2025, com ônus para o cessionário:
ANDREA ESTRELA ARANTES - MASP 1.028.483-4 - AGENTE DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS - AGTOP.

coloca, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E PARCERIAS - SEINFRA, em prorrogação, de 01/01/2025 a 31/12/2025, com ônus para o cessionário:
ANDRÉ OLIVEIRA DE SOUZA - MASP 1379512-5 - GESTOR DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS - GTOP.

coloca, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E PARCERIAS - SEINFRA, em prorrogação, de 01/01/2025 a 31/12/2025, com ônus para o cessionário:
DALMO PAULA EDUARDO - MASP 1028498-2 - AGENTE DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS - AGTOP.

coloca, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, a servidora abaixo relacionada lotada no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E PARCERIAS - SEINFRA, em prorrogação, de 01/01/2025 a 31/12/2025, com ônus para o cessionário:
ANA SALVINA JARDIM NASCIMENTO - MASP 1016767-4 - AGENTE DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS - AGTOP.

coloca, nos termos dos art. 13, II, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, a servidora abaixo relacionada lotada no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E PARCERIAS - SEINFRA, em prorrogação, de 01/01/2025 a 31/12/2025, com ônus para o cessionário:
CERALDA MARIA FREITAS - MASP 1028496-6 - AUXILIAR DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS - AUTOP.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Pelo Instituto Estadual de Florestas

no uso de suas atribuições, **designa** QUINTILIANO AUGUSTO CAMPOMORI DO VALLE, MASP 753239-3, titular do cargo de provimento em comissão DAI-22 MA1100110, para responder pela Controladoria Seccional do Instituto Estadual de Florestas, no período de 02/01/2025 a 22/01/2025.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **revoga** o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, a **BRUNO ALVES DOMINGUES**, MASP 1352679-3, a gratificação temporária estratégica GTED-4 PH1100771 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

no uso de suas atribuições, **designa** LUCIANA WALEWSKA CARDOSO ASSUNÇÃO, MASP 1157525-5, titular do cargo de provimento em comissão DAD-8 PH1100524, para responder pela Superintendência Central de Política de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no período de 30/12/2024 a 20/01/2025.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **atribui** a **BRUNO ALVES DOMINGUES**, MASP 1352679-3, diretor do Diretoria de Gestão do Atendimento, a gratificação temporária estratégica GTED-4 PH1100859 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **atribui** a **SUZANI MARTINS RIBEIRO**, MASP 1614307-5, da Subsecretaria de Transformação Digital e Atendimento ao Cidadão, a gratificação temporária estratégica GTED-1 PH1100803 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **ANA CRISTINA CAMPOS SEIXAS DE SOUZA**, MASP 1611046-2, do cargo de provimento em comissão DAD-6 SA1100603 da Secretaria de Estado de Saúde, a contar de 23/12/2024.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **dispensa** SANDRA GOMES DA COSTA LEO DE OLIVEIRA, MASP 1398410-9, da função gratificada FGD-1 ED1100826 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **dispensa** MAURO SERGIO ROSA, MASP 1228211-7, da função gratificada FGD-1 ED1100583 da Secretaria de Estado de Educação, a contar de 20/11/2024.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **dispensa** LIVIA DE SOUZA COSTA, MASP 1114238-7, da função gratificada FGD-1 ED1100699 da Secretaria de Estado de Educação, a contar de 31/12/2024.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **dispensa** MARIA ELISA DOS SANTOS GUIMARÃES, MASP 1059891-0, da função gratificada FGD-2 ED1101246 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **designa**, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **DEUSANIA DE FATIMA ROCHA SALDANHA**, MASP 1422733-4, para a função gratificada FGD-1 ED1100826 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **designa**, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **SANDRA GOMES DA COSTA LEO DE OLIVEIRA**, MASP 1398410-9, para a função gratificada FGD-2 ED1101246 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **designa**, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **JOSE RAINERIO DOS SANTOS**, MASP 1434368-5, para a função gratificada FGD-1 ED1100583 da Secretaria de Estado de Educação.

coloca, nos termos dos art. 13, I, e art. 14 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, as servidoras abaixo relacionadas lotadas na Secretaria de Estado de Educação à disposição da Secretaria de Estado de Governo do Estado de Minas Gerais, em prorrogação, de 01/01/2025 a 31/12/2025, com ônus para o cessionário:
ROSANGELA FRANCA REIS SETTE, MASP 320219-9, PEB - ADM 1, SRE METROPOLITANA B;
TATIANE APARECIDA SOARES DE PAULA, MASP 883069-7, PEB - ADM 1, SRE METROPOLITANA A;
CAMILA MARIA DE OLIVEIRA SILVA, MASP 1230181-8, PEB - ADM 3, SRE METROPOLITANA B.

30 2029154 - I

Secretaria de Estado de Governo

Secretário: Gustavo da Cunha Pereira Valadares

Expediente

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEGOV/CGE nº 02, 30 DE DEZEMBRO DE 2024.

Estabelece o regulamento do Cadastro Geral de Convenentes do Estado de Minas Gerais.

O SECRETÁRIO(A) DE ESTADO DE GOVERNO e o CONTROLADOR GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições previstas no § 1º do art. 93 da Constituição do Estado e na Lei 24.313, de 28 de abril de 2023, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, na Lei Federal 13.709, de 14 de agosto de 2018, na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, na Lei Federal nº 8.742, de 7 de setembro de 1993, na Lei Federal nº 14.133, de 21 de abril de 2021, na Lei nº 23.081, de 10 de agosto de 2018, na Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, na Lei nº 12.227, de 2 de julho de 1996, na Lei 11.983, de 14 de novembro de 1995, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, no Decreto nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017, no Decreto nº 48.745, de 29 de dezembro de 2023, no Decreto 45.902, de 27 de janeiro de 2012, no Decreto nº 48.600, de 10 de abril de 2023, no Decreto nº 45.242, de 11 de dezembro de 2009, no Decreto nº 44.694, de 28 de dezembro de 2007, no Decreto nº 39.223, de 10 de novembro de 1997, e no Decreto nº 38.342, de 14 de outubro de 1996, Considerando o princípio da autotutela, Considerando a interpretação teleológica do art. 24, da Lei nº 24.945, de 02 de agosto de 2024, de que devem ser evitadas modificações na relação de documentos exigidos para o registro no Cadastro Geral de Convenentes do Estado de Minas Gerais - Cagcec que impactem negativamente a celebração de instrumentos jurídicos envolvendo recursos de emendas parlamentares impositivas,

RESOLVEM:

Art. 1º - O art. 2º da Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 01, de 03 de janeiro de 2024, fica acrescido do seguinte inciso X:

“Art. 2º - (...)

X - procedimento informatizado de análise documental: automação da análise de documentos do Cagcec voltada para a extração de dados específicos em documentos padronizados.”

Art. 2º - O art. 7º da Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 01, de 03 de janeiro de 2024, fica acrescido do seguinte §2º e seu parágrafo único passa a vigorar como §1º:

“Art. 7º - (...)

§1º - A classificação de um convenente/parceiro dentro dos gêneros e tipos de convenentes/parceiros existentes será escolhida no momento do cadastro ou de atualização de dados pelo convenente/parceiro e validado pela equipe gestora do Cagcec de acordo com a natureza jurídica informada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

§2º - Poderão ser incluídos no Cagcec outros tipos de Pessoas Jurídicas cujo cadastro seja necessário para realizar ações em sistemas eletrônicos, incluindo assinatura e demais atos realizados eletronicamente no Sistema de Gestão de Convênios, Portarias e Contratos do Estado de Minas Gerais – Sigcon-MG – Módulo Saidá.”

Art. 3º - O art. 16º da Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 01, de 03 de janeiro de 2024, fica acrescido dos seguintes §8º e 9º:

“Art. 16 - (...)

§ 8º - A análise da documentação poderá ser realizada por meio de procedimento informatizado de análise documental, o qual poderá ser verificado pela equipe gestora do Cagcec em caso de inconsistência ou falha.

§ 9º - O procedimento informatizado de análise documental será baseado na utilização de ferramenta que permite a conversão de conteúdos presentes em documentos digitalizados ou nato digitais em texto editável e pesquisável os quais poderão ser interpretados e validados de forma automatizada.

Art. 4º - O Anexo da Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 01 de 03 de Janeiro de 2024, passa a vigorar conforme Anexo desta Resolução Conjunta.

Art. 5º - Esta Resolução Conjunta passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

Belo Horizonte, 30 de dezembro de 2024.
Gustavo Valadares
Secretário de Estado de Governo

Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda
Controlador-Geral do Estado

ANEXO

(a que se refere o art. 4º da Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 02, de 30 de dezembro de 2024 e o art. 13 da Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 01, de 03 de janeiro de 2024)

TABELA DE DOCUMENTOS – MUNICÍPIO					
Habilitação jurídica					
Item	Obrigação	Documento - Descrição	Legislação	Validade	Observação
1	Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)	Cópia da inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas emitida no site da Receita Federal.	Arts. 68, I, e 184 da Lei Federal nº 14.133/2021	Até o término do mandato	Integração já desenvolvida. Em caso de falha, o convenente/parceiro terá a opção de apresentar a documentação que demonstre o cumprimento das obrigações correspondentes à equipe gestora do Cagcec.
2	Comprovação de endereço da sede do convenente/parceiro	Cópia de comprovante de endereço da sede emitido em até 90 dias da data de apresentação do documento ou atestado de funcionamento assinado por prefeito ou presidente da câmara do local da sede que comprove o efetivo funcionamento no endereço constante da inscrição no CNPJ.	Art. 18, I, “a”, da Resolução Conjunta SEGOV/ AGE nº 004/2015	Até o término do mandato	Modelo de Atestado de funcionamento assinado por prefeito ou presidente da câmara do local da sede que comprove o efetivo funcionamento no endereço constante da inscrição no CNPJ, disponível em: https://www.portalcagcec.mg.gov.br
Credenciamento do representante legal					
3	Comprovação de exercício dos poderes de representação	Cópia da ata de eleição, termo de posse, diploma eleitoral ou documento equivalente que comprove os poderes de direção do prefeito junto à Prefeitura.	Art. 29 da Constituição Federal e art.184 da Lei Federal nº 14.133/2021	Até o término do mandato	
4	Comprovação de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do prefeito	Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do prefeito, carteira nacional de identidade (CIN), inscrição em órgão profissional, carteira nacional de habilitação (CHN) ou qualquer outro documento de identificação do prefeito aceito em território nacional que contenha o número de inscrição do CPF.	Decreto-Lei nº 401/1968, Lei Federal 14.534/2023 e arts. 68, I, e 184 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Ofício Circular nº 2/2017/CONTRAN	Até o término do mandato	Integração já desenvolvida. Em caso de falha, o convenente/parceiro terá a opção de apresentar a documentação que demonstre o cumprimento das obrigações correspondentes à equipe gestora do Cagcec.
5	Identificação do Prefeito	Cópia da carteira de identidade, carteira nacional de identidade (CIN), inscrição em órgão profissional, carteira nacional de habilitação (CNH), passaporte ou qualquer outro documento de identificação do Prefeito aceito em território nacional.	Art. 184 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 5º da Lei Federal nº 13.445/2017 , Lei Federal 14.534/2023 e Ofício Circular nº 2/2017/CONTRAN	Até o término do mandato	A data de vencimento dos documentos que não possuem término de validade legal, existe para que, no momento de término de mandato, seja garantido que o novo representante legal apresente toda a sua documentação. A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) possui exceção, pois seu prazo de validade diz respeito apenas à licença para dirigir, sendo permitido a sua utilização como documento de identificação ainda que em momento posterior a data de validade.As regras atuais do sistema ainda não possibilitam verificar se houve ou não recondução do representante legal anterior.
6	Comprovação de endereço do prefeito	Comprovante de endereço do prefeito emitido em até 90 dias da data de apresentação do documento ou declaração de residência, nos termos da Lei 7.115 de 29 de agosto de 1983, assinada pelo prefeito.	Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 001/2024 e Lei Federal nº 7.115/1983	Até o término do mandato	A declaração de residência deverá ser elaborada nos termos da Lei 7.115, de 29 de agosto de 1983, com modelo disponível em: http://www.portalcagcec.mg.gov.br



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202412310238360150.